

ATA SEI

Às dezenove horas do dia primeiro de agosto de dois mil e vinte e quatro, na Plenária da Câmara de Vereadores de Joinville, situado na Avenida Hermann August Lepper, nº 1.100, Bairro Saguauçu, Joinville/SC, foi realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA promovida pelo Município de Joinville, com o objetivo de apresentar do projeto de concessão comum, pelo prazo de 20 (vinte) anos, dos serviços de implantação, sinalização, exploração, operação, manutenção, controle, gestão, comercialização e fiscalização de estacionamento rotativo pago para veículos automotores em vias, logradouros e espaços públicos próprios, mediante a rotatividade de uso, denominado Sistema de Estacionamento Rotativo Público (SERP), no município de Joinville, bem como para obter contribuições e sugestões em relação ao referido projeto, conforme anteriormente divulgado na imprensa oficial e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Joinville.

Compuseram a mesa expositora os senhores Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento; Paulo Rogério Rigo, Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito de Joinville; Ricardo Pedro Bom Filho, advogado do Departamento de Trânsito de Joinville; Edilson Factori, arquiteto e urbanista, consultor técnico; Alan da Mota Penteado Rafaini, engenheiro civil, representando a Vallya Advisors; e Rafael Silva Dantas, advogado, representando a Moysés & Pires Sociedade de Advogados. A dinâmica da audiência consistiu em: 1) Abertura e apresentação da dinâmica da Audiência Pública; 2) Apresentação técnica do projeto; 3) Tempo para manifestação do público presente; 4) Encerramento da Audiência Pública. Os trabalhos foram iniciados pelo Secretário Ricardo Mafra, na qualidade de Presidente da Audiência Pública, que após apresentar ao público os componentes da mesa e fazer os agradecimentos iniciais, expôs o tema e o motivo da audiência pública, bem como a dinâmica da mesma. Na sequência, passou a palavra aos representantes do consórcio responsável pela estruturação dos estudos técnicos do projeto em debate. Após a apresentação, o Secretário Ricardo Mafra abriu o período para manifestações do público presente, conforme a ordem da inscrição prévia. As manifestações foram as seguintes:

SR. GABRIEL FLEISCHER: Boa noite a todos. Eu reparei que na apresentação de vocês, vocês classificam ali o centro na questão de densidade, e não é levado em consideração o poder aquisitivo das regiões. Então, no centro, por exemplo, se for colocar um sistema rotativo, a gente tem que ter um tempo mínimo para a pessoa embarcar, desembarcar, porque o poder no centro de compra é muito menor do que, por exemplo, na Otto Boehm. E é classificado naquele gráfico de vocês como a mesma densidade. Então, assim, são dois locais distintos, é o mesmo local com situação distinta. Então, a gente vai ter que avaliar, porque no centro, se for trocar a condição de imediato, sem uma carência de 20, muitas vezes, do cara entrar, pegar um produto, ou fazer uma troca, mata ainda mais o comércio do centro.

SR. EDILSON FACTORI: Gabriel, não significa que a densidade comercial, de uma área, seja classificada exclusivamente dessa forma. Por exemplo, a gente pode ter um hospital em uma via principal e ter residências em uma via transversal junto a esse hospital. Então, a gente considera também a atividade, não só a densidade. Talvez eu tenha falhado nessa explicação. Está bom? O que é possível fazer e está previsto é você ter algumas áreas de embarque e desembarque. E a gente viu lá, vaga de 15 minutos. Então, o que tem que fazer agora, secretário, é, no momento da elaboração do projeto executivo, determinar onde serão essas vagas. Mas é previsto, sim. Obrigado.

SR. MARCOS ANTÔNIO BITTENCOURT: Boa noite, Ricardo. Parabéns. Finalmente, parece que está saindo do papel o estacionamento rotativo tão importante para o comércio e para a cidade. Não é possível, Joinville, a maior cidade do Estado, ainda não ter um estacionamento rotativo, moderno, dinâmico. As pessoas precisam, sim circular no centro. A minha pergunta é mais sobre fiscalização. Haverá alguma agência reguladora? É possível nós criar um consórcio de um conselho consultivo? Porque durante 20 anos é muito tempo. A gente vai ter que estar sempre revisando, olhando, ampliando, sugerindo novas ruas, tirando. Então, se é possível, nós participarmos de um conselho, a CDL participar desse conselho para sugerir e participar também dessas decisões. Obrigado.

SECRETÁRIO RICARDO MAFRA: Isso eu posso até comentar, Marcos. O contrato de concessão, ele pretende, normalmente, um prazo maior justamente para trazer mais qualidade de contrato e a possibilidade de que os parceiros que assumem a concessão tenham uma viabilidade, principalmente na fase de investimento, porque, apesar de parecer um investimento baixo, é um investimento alto, para uma concessão de estacionamento rotativo. Quanto a isso, existem algumas possibilidades que a gente deixou em aberto, a prefeitura ainda não decidiu, mas, por exemplo, em todos os contratos de concessão existe a possibilidade de contratação de um verificador independente. Então, além das comissões de fiscalização do contrato, que são obrigatórias, você também tem a questão deste verificador independente. A questão das vagas, todo o sistema está modelado para que ele seja bem orgânico. Então, uma rua que, em determinado momento, ele passou a não ter a necessidade, eu posso migrar para outra. Inclusive, está prevista ali a possibilidade de ter duas mil vagas futuras, para ampliação em outros locais. Então, o contrato permite essa maleabilidade de vagas, permitindo mudanças, permitindo que uma vaga que hoje é de duas horas possa ser uma vaga para embarque e desembarque, para facilitar o fluxo de pessoas. Então, sim, o contrato tem essas possibilidades. Quanto à participação da sociedade, eu acho que é sempre importante. Aí tem os vários órgãos, mas tem o Conselho da Cidade, tem as entidades que têm os seus conselhos, a própria Câmara de Vereadores, então, sempre vai ter essa possibilidade. O contrato ali, ele passa por um reajuste anual, como já foi mostrado, mas a cada três anos ele passa por uma avaliação criteriosa de requisitos, e aí sim, e aí é possível a cada três anos você fazer uma revisão também, para garantir que esse contrato seja de fato sustentável ao longo do tempo.

SR. GUILHERME CAUDURO: Boa noite, secretário Mafra, secretário Rigo, doutor Ricardo, a equipe técnica, vereador Brandel, presidente Marcos, presidente Zeca e Carlos. Eu, particularmente estou aqui, na qualidade de assessor jurídico da CDL também, para reforçar os argumentos do presidente Marcos, e daí estamos acompanhados do presidente do SINDILOJAS, vice-presidente da FCDL, reforçando esse clamor do comércio central, com todo o respeito ao Gabriel. Boa noite, Gabriel. Nós temos o entendimento de que a democratização do uso dessas vagas fará com que o comércio se aqueça. Vai ser mais fácil as vendas, vai ser mais fácil a utilização dessas áreas centrais, com uma vida melhor. Hoje nós temos em Joinville uma área central degradada, que infelizmente tem sido ocupada por pessoas viciadas em entorpecentes, comércios informais e irregulares, que causam muita dificuldade, uma concorrência desleal ao comércio estabelecido, que paga imposto, remunera os seus funcionários, registra eles. Então, dar o fluxo, dar o oxigênio nessas vagas, com certeza facilitará a vida de todos. Mas até para que o Gabriel, que eu conheço também, uma pessoa muito legal, constrói junto Joinville, não fique preocupado, pelo que eu entendi do projeto, tem 15 minutos já de tolerância. Então, já arranca. Já arranca com esses 15 minutos, é isso?

SECRETÁRIO RICARDO MAFRA: Existem vagas para 15 minutos. Vagas que é permitido até duas horas com pagamento de tarifa, vaga amarela, que é até uma hora, e as vagas vermelhas, que a gente chama, que são as vagas que tem ali 15 minutos para embarque, desembarque e veículos de emergência, principalmente.

SR. GUILHERME CAUDURO: Eu até vou continuar, então, nesse tema, que daí gerou uma dúvida pela apresentação anterior que eu assisti, porque o que nos foi apresentado foi que, ao estacionar, se o veículo com as câmeras passa, o meu veículo é monitorado, ele é, então, cadastrado, depois de 15 minutos, passa novamente o veículo, para daí se confirmar se eu estou ou não estou irregular. Se eu

fui capturado nessa primeira passada de 15 minutos e não sou convertido na segunda, eu vou ganhar uma multa, não?

SR. EDILSON FACTORI: Não, doutor. Tem uma resolução do CONTRAN que está para sair nesse sentido, que você faça a fiscalização após, na segunda passagem do veículo. Essa resolução está lá no CONTRAN e pelas informações que eu tenho, está pronta. Então, em breve, isso a gente vai ter resolvido e esclarecido.

SR. GUILHERME CAUDURO: Então eu vou ter o tempo de sair e pegar alguma coisa, ou de, pelo menos, ter o tempo de acessar o aplicativo, ou ir até a loja no posto de venda, ou até o totem, leva um tempinho, não tem como ser imediato. Então, essa é uma preocupação. Eu confesso que eu também não entendi a parte da garantia. É 5% por ano de contrato. Nós temos 20 anos? Não, é 5% de uma vez, é isso?

SR. RAFAEL DANTAS: Só uma correção, porque é 5% do valor do contrato a cada ano. Porque, se você pensar, se você pegar do valor total, ele fica muito caro. Então, a cada ano, você vai dividir esse valor por ano e vai fazer uma garantia naquele ano. Se não, onera demasiadamente a concessionária.

SR. GUILHERME CAUDURO: Última dúvida, mas assim, reforçando novamente a ideia de que somos amplamente favoráveis à implantação do estacionamento rotativo, todas as características, democratização do custo do uso, quem usa paga por essas instalações das placas, melhorias nas cidades. O retorno que vem para a prefeitura, tudo ok. A dúvida é, um pouco do investimento, ou boa parte dos 12 milhões iniciais nos dois primeiros anos, é uma outorga, uma concessão fixa para a prefeitura que pode aumentar conforme os lances da licitação. E uma das justificativas sobre a questão dos 20 anos, mais ou menos, foi justamente o retorno do capital investido. Se abaixar esse capital investido inicialmente, não seria então viável diminuir o prazo da concessão, ou isso acaba servindo um pouco também de filtro para as empresas que venham com mais qualidade? Então é só nessa temática. Muito obrigado pela atenção.

SR. ALAN RAFAINI: Sobre a questão do prazo de concessão, ele foi medido a partir de casos já anteriores vistos. Então, o payback que a gente acabou calculando para esse projeto, ou seja, o retorno que a concessionária terá após os investimentos, é em torno de nove anos. No caso de algum acontecimento extraordinário, pode ser que esse prazo não seja suficiente, 15 anos. Então, os 20 anos é um cenário conservador para que a concessionária não seja onerada nesse caso e não tenha, posteriormente, surja casos judiciais para pedidos de aumento de prazo de concessão. Mais ou menos essa construção.

SECRETÁRIO RICARDO MAFRA: Aqui, também, a equação, ao reduzir o prazo, eu necessariamente precisaria reduzir o investimento inicial. E, nesse caso, a quantidade de vagas talvez não viabilizaria o sistema pela baixa receita. Então, a ideia mesmo é que a gente e tentou encontrar um ponto de equilíbrio para que isso se viabilizasse também.

VEREADOR BRANDEL JUNIOR: Boa noite, secretário. Autoridades aqui já nomeadas. Várias perguntas já foram respondidas, mas tem uma situação. A gente vê que Boneário Camboriú, vocês colocaram na apresentação de vocês, hoje tem uma tarifa de R\$ 2,00. Joinville, R\$ 3,00. Joinville é uma cidade totalmente operária, assim, muito bem colocada pelo Gabriel aqui, a preocupação de movimentarmos o centro e termos ali a necessidade das pessoas irem fazer as suas compras. É importante esse estacionamento rotativo. Não teria como fazer Joinville por um período inicial com uma taxa de R\$ 2,00? Outra pergunta. Na área amarela, que é carga e descarga, ali fala de carros, carros utilitários, caminhões até 5 toneladas. Hoje a gente tem uma modalidade de entrega que é, por exemplo, Mercado Livre. Carro comum. Como que ele vai ser identificado? Ele vai fazer a identificação quando ele já fazer a inscrição dele no aplicativo? Um exemplo de Curitiba. Você vai lá, você descreve qual carro que

you tem, para que quando ele não seja cobrado de uma forma incorreta, por ele estar em uma área amarela? Outra pergunta. Totem. Cabe ainda? R\$ 875 mil em um Totem? Será que não seria melhor nós ficarmos só para a parte do aplicativo? Eu gostaria de entender, o Totem, porque são R\$ 875 mil de investimento. O Totem é isso, não é?

SR. EDILSON FACTORI: São 11 Totens.

VEREADOR BRANDEL JUNIOR: Ah, está. Isso. Eu digo o conjunto de Totem, R\$ 875 mil. Nós estamos falando do grupo, não por Totem. Retorno de 15% para o município, certo? Esse retorno que vai voltar para o município, aonde será investido? Já existe uma definição? E seriam essas perguntas. Obrigado.

SR. EDILSON FACTORI: Vereador. Acho difícil regulamentar o entregador de Mercado Livre ou de entregas, porque ele pode ou não estar fazendo, prestando serviço, no momento em que ele está estacionado lá. Então, nós temos um exemplo aqui, muito claro, de viaturas de trânsito. Viaturas de trânsito têm a prioridade na circulação e parada, em serviço. Quando em service, com o giroflex ligado. Ele pode até passar no sinal vermelho, se ele estiver com a sirene ligada e o giroflex ligado. É isso, não é? Então, somente dessa forma você consegue identificar se aquele veículo está ou não fazendo uma entrega, já que ele não é um veículo de carga. Então, você não tem como identificar que ele está fazendo uma entrega. Então, é complicado isso. Me parece que não é possível. Mesmo que ele faça, como você citou, o caso de Curitiba, um cadastro, como saber se ele está ou não em serviço? É uma dificuldade. Em relação aos tóten, já esclareci, são 11 tóten. É preço de mercado. A gente solicita orçamento para a empresa que produz.

VEREADOR BRANDEL JUNIOR: É preciso totem?

SR. EDILSON FACTORI: Então, como eu disse, o tóten pode prestar outros serviços. Por exemplo, fazer carga do sistema de transporte, secretário. Ou oferecer a possibilidade de pagamento de contas. Isso no exterior é comum. Você tem um equipamento que faz esse serviço. Em relação à tarifa, você questionou em relação ao valor. Aquele é um levantamento de outubro de 2023. Por exemplo, lá em São Paulo estava R\$ 6,08. Agora já está R\$ 6,36. Então, precisa ver como é que está lá. E a nossa proposta ainda é R\$ 3,00. Como o Alan falou, tudo depende da viabilidade. O sistema de estacionamento rotativo, a proposta é que ele seja sustentável. Se ele não é sustentável, então alguém tem que pagar. Não é interesse de ninguém que esse sistema não seja sustentável.

SECRETÁRIO RICARDO MAFRA: Sobre as receitas, existe toda uma discussão de onde eu posso aplicar também a receita gerada com estacionamento. Então, o estacionamento é uma atividade do trânsito. Teoricamente, o entendimento que se tem, e isso também ainda vai ser avaliado, é que ele seja aplicado em trânsito. Mas nós também temos já uma consulta, uma análise, tentando que ele seja aplicado no sistema de transporte coletivo. Que a ideia do estacionamento ajudar também a financiar o sistema de transporte coletivo. Ok?

SR. JOSÉ MANOEL RAMOS: Cumprimentando aqui o comandante Rigo e o Ricardo. Quero cumprimentar a todos da mesa, os meus pares e toda a plateia. Eu acho que esse debate é extremamente importante porque eu acho que tem que ser bem esclarecido, bem feito, para que ele, primeiro, mude esse estacionamento que hoje funciona sem fiscalização. Ainda se tem problema com falta de vaga no centro da cidade. E isso acaba prejudicando o comércio. E eu quero só fazer uma correção. Quando você falou ali que o comerciante, o comerciante, chega e ocupa as vagas. Quando o comerciante chega, que abre a loja, o comércio abre às 9 horas, já está lotado. Então, pega um prédio de 10 andares que tem vários escritórios, onde é que o pessoal estaciona? Num raio do entorno. Então, quando o comerciante chega, já está lotado. Mas eu chamo atenção para isso porque, como o Gabriel bem colocou, o centro da cidade sofre com uma série de envelhecimento, enfim, o comércio fugiu um pouco do centro. E isso é fruto de seis anos sem estacionamento rotativo e também de uma obra mal planejada que torturou e fez muito

mal para o centro da cidade. E para recuperar o comércio, não é de um ano para o outro. Então, por isso é que eu peço que isso tenha um debate amplo, transparente, para que a gente possa fazer a coisa mais correta possível para daqui a pouquinho, lá na frente, a gente não sofrer uma interferência do Ministério Público, como já aconteceu no passado, e nós ficarmos sem estacionamento rotativo de uma hora para a outra, gerando uma série de prejuízos para o comércio. Era isso. Obrigado.

SR. ALEXANDRE BRANDÃO NASCIMENTO: Boa noite a todos. Não vou citar o nome de ninguém porque todo mundo já falou, o tempo é curto. Mas eu queria dizer que, como integrante tanto da CDL como do SINDILOJAS e lojista por mais de 30 anos na cidade, a importância de a gente ter o estacionamento rotativo. O Zeca bem falou que a gente não faça no afogadilho para não fazer besteira, porque são 20 anos, mas que se faça. A sugestão é que, achei essa ideia do dinheiro que vai para a prefeitura ajudar, subsidiar o transporte público, é uma ideia interessante. A gente já discute na CDL, em algumas cidades, já tem o transporte público gratuito. Talvez a gente não consiga chegar no gratuito, mas quanto mais a gente baixar o transporte público, menos carros nós teremos, mais gente nós teremos no centro. Isso é muito interessante. Porém, contudo, gostaria de lembrar também que se uma parte desse dinheiro fosse revertida para a manutenção do centro da cidade, para a via pública, os buracos, o ajardinamento, câmeras, enfim, para que a gente realmente consiga, não adianta a gente só fazer o estacionamento rotativo e não revitalizar o centro. A gente já discute, meu Deus, eu fui presidente da CDL com 26 anos, tenho 52, e a gente já tinha projeto de revitalização do centro. Há 30 anos, a gente falou, um prefeito engana a gente, o outro vai, o outro bate nas costas, diz que vai fazer antes da campanha. Pega aquele caderno que nós já estamos preparando, não é, presidente? Na verdade, a gente pega o caderno e fala assim, pô, mas isso aqui nós já pedimos no ano de 2000, outro no 2004, não sei o quê. A gente vai trazendo novas roupagens para o caderno, mas, infelizmente, ele é o mesmo de 20, 30 anos atrás. Então, que a gente pudesse também, e a gente sabe que se não tiver dinheiro, o Poder Público não faz. Então, se pudesse pensar, secretário, uma parte desse dinheiro, eu achei a ideia de subsidiar o transporte, o transporte público maravilhosa, mas que uma parte dela, uma porcentagem dela, fosse trabalhada para a revitalização verídica do centro, o governo atual já fez bastante, porque o anterior explodiu o centro. Eu sempre digo, as pessoas me cobram muito, porque eu estou ali, eu vivo ali esses 30 anos, um soltou uma bomba na praça, soltou uma bomba na via gastronômica, a gente demorou 30 anos para conseguir construir e fazer os políticos entenderem que, enterrar a fiação é bonito, e que o turismo é uma indústria que traz divisas para a cidade. É só olhar, há poucos dias, o Festival de Dança, a cidade vira outra coisa, hotéis, restaurantes, bares, lojas, shoppings, Airbnb, tudo lotado. Isso traz uma divisa para a cidade. E ela é limpa, porque o turista não precisa de escola, o turista tampouco usa os nossos hospitais. Ah, vamos trazer uma indústria, 2 mil empregos, ótimo, vamos trazer. Vem mais gente morar na cidade, faz escola, altera o zoneamento, faz loteamento novo, tudo, ótimo. Mas tudo isso vem um encargo que o poder público muitas vezes não dá conta de suprir. E o turismo já não, o turismo traz tudo isso, traz a grana, traz as pessoas, mas elas partem e voltam para suas cidades lá, para viver lá. Então, eu penso que a gente tentar lembrar de que o centro, quando se viaja, pensando em turismo, quando a gente viaja, qual é a primeira coisa que vem na cabeça de todos nós? O centro da cidade, o mercado público, aquelas coisas tradicionais da cidade que a gente vai em busca quando a gente viaja. Então, se a gente puder pensar de uma partinha desse dinheiro na revitalização do centro, acho que todo mundo ganha. Obrigado.

SR. CARLOS ALBERTO GRENDENE: Boa noite a todos, boa noite, secretário, Rigo, Mafra, todas as pessoas presentes. Fundamental a importância, isso todo mundo já chegou a um veredito que é fundamental. E eu vou mais na linha do Brandão, no sentido assim, até nós estávamos discutindo ali com o Zeca, na questão do valor. Como é que a gente faz para um valor voltar para a manutenção do centro da cidade? É possível? O Ministério Público vai interferir, não vai interferir? Como nós vamos fiscalizar isso? É bem o que o Brandão, o Alexandre colocou. Vamos colocar um estacionamento rotativo perfeito, que vai ser quase perfeito, na sua totalidade, mas nós estamos com uma carência que quem ficar meia hora e nós bater foto e filmar o centro da cidade, vamos ter problema de toda a ordem. Então, eu não acho que, Brandel, na questão do valor, eu acho que poderia até ser R\$ 0,50, R\$ 3,50, R\$ 4,00, acho que esse não é o problema. Porque em um shopping center, durante três horas, custa em torno de R\$ 13,00, R\$ 14,00. E se você passa para quatro, cinco horas, vai para R\$ 20,00, R\$ 25,00, aumenta bastante. Então, o centro precisa disso. Tem um excelente estacionamento, mas tem que ver como é que nós vamos fazer para melhorar ele junto com a arrecadação.

SR. CLÉCIO GIACOMELLI: Boa noite a todos citados aqui. E endosso todas as falas também. E, representando o CDL, também, para a parte de direito, os usuários também, como comerciante também do centro, ali há mais de 30 anos. Então, o que eu queria colocar aqui, até coloquei para o CDL, para o Carlos, para o Marcos, é que a gente fez foi um estudo, a gente perde mais ou menos uns 20% de faturamento. Se a gente perde 20% de faturamento, pelo cliente passar na frente da loja e não poder parar, nem para pegar uma roupa, quer dizer que o poder público também está perdendo. Então, por aí, a gente já começa a ver. E também as questões que eu tenho uma dúvida, também na questão do tempo, como foi citado aqui. É duas horas, pago o valor de R\$ 3,00, é isso.

SECRETÁRIO RICARDO MAFRA: R\$ 3,00 por hora.

SR. CLÉCIO GIACOMELLI: R\$ 3,00 por hora, não é? Se é possível fracionar, porque é 15 minutos, nas vagas de 15 minutos, ou em qualquer vaga?

SR. EDILSON FACTORI: Apenas na vaga de 15 minutos, que é reservada para isso, para você fazer um embarque e desembarque, para você entregar um pacote, para você buscar alguma coisa. O que se falou. O que eu falei sobre a nova resolução, é que ele precisa passar uma vez, e depois, a segunda vez, ele autua, quinze minutos, no mínimo, depois da primeira passada.

CLÉCIO GIACOMELLI: Eu só iria na mesma linha, porque quando você vai em qualquer lugar, numa Unimed da vida, outros lugares, onde você deixar, você tem dez minutos de carência. Por que eu falo isso? Porque a pessoa só para pegar uma calça, que deixou para ajuste, por exemplo. Ela tem que pagar por uma hora. Seria mais por uso mesmo. Então, assim, uma hora, acho que é um tempo médio ali, vai ficar mais uma hora, duas, ou fazer fracionado uma meia hora, seria mais justo, talvez, R\$ 2,00. Seria uma ideia que o estacionamento faz isso, eu pago uma hora, e pago também meia hora, fracionado. Essa seria a minha colocação, e como o Brandão falou, isso é uma reivindicação já antiga, nossa, aqui, que está há mais de 30 anos no centro, e isso impacta muito. Muito para a gente, muito. Eu saí esses dias de carro no centro para, em duas ruas depois, eu não consegui parar. E eu fui embora. Então, eu me coloco no lugar do cliente. A gente precisa que isso dê certo, juridicamente, principalmente, para ficar. Porque Joinville precisa disso, e claro, como o Brandão falou também, o investimento, que não é só isso, é um conjunto de coisas, que uma cidade sem comércio, sem cultura, sem turista, realmente, ela vai perdendo a essência. E a gente precisa buscar essa raiz, que Joinville tem raiz, e precisa ser mantido. Seria essa a minha colocação. Obrigado.

SECRETÁRIO RICARDO MAFRA: Aqui, eu queria só fazer um esclarecimento, porque a gente ainda está muito na cabeça com o cartãozinho. Mas, hoje, as vagas serão todas sensorizadas. Isso significa que, se você colocou o carro ali, e disse que o teu carro está ali, ele começa a contar o tempo, e você vai fazer o pagamento no aplicativo. Ele vai cobrar automático no aplicativo. Ele vai controlar tudo isso, entende? Você vai saber quanto tempo o carro ficou estacionado. Então, ele muda muito a lógica que a gente estava acostumado, que era aquele cartãozinho lá, e a gente corria atrás da monitora. Não vai ter mais isso. Vai ser bem mais simples. O sistema e o aplicativo vai permitir que a gente tenha várias possibilidades. Ok? Obrigado.

Manifestação inaudível.

SR. GABRIEL FLEISCHER: Indiferente da quantidade de vagas que foram dedicadas a 15 minutos, vocês perdem de arrecadar. Se forem 10 vagas, são 10 vagas que vocês deixam de faturar. Se todas as vagas tiverem a carência de 15 minutos, vocês ganham as outras vagas, o potencial delas também. Só para explicar, essa carência de 15 minutos, ela vai existir automaticamente no sistema de fiscalização. Porque o que acontece? O carro da fiscalização passou, registrou aquela placa. Pela resolução que está sendo trabalhada no CONTRAN, que vai dar segurança jurídica para que os agentes de trânsito atuem dessa forma, aquele carro só vai passar naquela rua 15 minutos depois. Então, pode ser que tenha um carro

parado há mais de 15 minutos ali. Se ele sair antes da segunda fiscalização, ele não paga. Ele não vai ser autuado por não ter pago. Está ok? Ótimo. É isso, não é?

SR. EDILSON FACTORI: Perfeito.

SR. GUILHERME CAUDURO: Secretário Mafra, volto aqui. De fato, os 15 minutos deu bastante polêmica. Presidente Carlos, Presidente Zeca me sopraram ali. É importantíssimo para o comércio, os 15 minutos. Eu assisti a essa apresentação, não foi por essa equipe técnica no Conselho da Cidade, ontem, anteontem, e eu tinha tido a impressão que todas as vagas eram 15 minutos. Estava bem tranquilo com isso. Então, se a gente ficar dependendo de uma resolução que venha do CONTRAN, ou daqui a pouco ela não venha a existir, quem sabe, vereador Brandel, a gente implementar na nossa lei local. Porque, como há um projeto de lei sendo debatido justamente para viabilizar, depois o processo como um todo, a gente criar um inciso ali, dizendo que a tolerância mínima é de 15 minutos. Daí, se a resolução CONTRAN falar que é 15, 10, 20, a nossa é, no mínimo, 15. Porque, para o comércio, é muito importante. E mantém a questão do fluxo, que a essência do estacionamento rotativo é o fluxo do centro. Se a pessoa parou 15 minutos e foi embora, já está resolvido o problema. A equação econômica financeira da empresa que vai prestar o serviço, aí tem que se adequar a essa situação. Mas a finalidade do rotativo, que é girar o centro, vai estar atendida. Então, nesse sentido que a gente faz um conclama para que os 15 minutos sejam efetivados mesmo. Seria isso, secretário.

VEREADOR BRANDEL JUNIOR: Dentro dessa mesma fala do doutor, a gente sabe que vai ter que ter um ajuste financeiro. É números, é planilhas. Mas nós temos 15% de retorno. Se a gente fala em investimento no centro, isso faz parte do investimento no centro, esse 15 minutos. Tira desse 15%. 1%, 2%. Compensa. Só compensar dentro desse 15% ali, para poder ter os 15 minutos. Porque é uma forma que vai ficar bom para todo mundo.

SR. RICARDO MAFRA: Na verdade, a modelagem financeira já prevê essa autuação só no segundo, só na segunda fiscalização. A modelagem já prevê isso. Não tem essa necessidade. A única coisa que a gente comentou, que é essa portaria da resolução do CONTRAN, está trazendo uma série de inovações que vai dar muita segurança para o sistema de estacionamento rotativo. Essa é uma delas. Mas na modelagem já está prevista a atuação no segundo. Eu quero agradecer aqui o capitão Rigo, a equipe, o Ricardo, está lá a Tatiana também, está conosco ali do DETRANS, que também nos ajudou nessa etapa de modelagem. Agradecer a equipe da Secretaria de Administração também, que cuida desses processos de concessão. Estão quase todos aqui. O Daniel também está aqui, lá da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O pessoal da SECOM que está aqui registrando. Queria agradecer a todas as entidades presentes. Obrigado pelas manifestações. Tudo que está aqui está sendo registrado. E aí é bom esclarecer. O que nós temos daqui para frente? Encerrada a fase de consulta pública, onde a gente vai ter uma série de manifestações até o dia 8 de agosto. Esses documentos retornam para avaliação, voltam para modelagem, para fazer ajustes que se tornam necessários. E aí, sim, a gente faz a fase interna, que é edital de licitação, parecer jurídico, manifestação do Tribunal de Contas. Isso é importante. Todas as nossas concessões precisam passar obrigatoriamente pela validação e avaliação do nosso Tribunal de Contas. Aqui existe uma oportunidade. Nós já fizemos uma consulta ao Tribunal de Contas e tem algumas concessões de menor valor, este é o caso, que eles podem não se manifestar. Eles simplesmente dizem que está ok e podem tocar. Eles não têm a necessidade de emitir relatório. Eles não nos obrigam a aguardar o relatório. Talvez a gente tenha uma oportunidade de ganhar algum tempo, porque os processos do Tribunal de Contas demoram até três meses. Então, a gente tem uma etapa grande aqui a ser vencida. Para depois fazer a licitação e contrato. Agradecer à equipe técnica aqui, do consórcio que está fazendo a modelagem. Realmente é um trabalho feito com muita qualidade, muito rápido. A gente teve muito pouco ajuste para fazer. É um trabalho que já está bastante dominado em vários locais do país. Então, estamos bem seguros de que vai ser um sucesso esse processo de concessão. Mais uma vez, queria agradecer a presença de todos. Muito obrigado. Declaro encerrada a audiência pública. Boa noite.

Sem mais assuntos a tratar, a Audiência Pública foi encerrada às 20h20. A presente ata, confeccionada por Eduardo Felipe Heinemann Gassenferth, servidor público vinculado à Unidade Executiva do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, constitui memória sintética dos atos da reunião, bem como transcrição das manifestações em audiência, a qual foi registrada em áudio e imagem.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Felipe Heinemann Gassenferth, Servidor(a) Público(a)**, em 12/08/2024, às 16:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Reolon, Diretor (a) Executivo (a)**, em 12/08/2024, às 19:47, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022398835** e o código CRC **BDB28D3C**.

Av. Herman August Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

23.0.116528-5

0022398835v10

0022398835v10